



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

## **PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS**

### **PROPOSTA ALTERNATIVA GLOBAL DA FENPROF**

Desde a sua imposição no ECD, a FENPROF tem denunciado – e tem combatido - a artificialidade e o caráter injusto e perverso da eventual realização de uma prova que, começando por ser exigência para um cada vez mais difícil ingresso na carreira, acabou por tornar-se num possível instrumento de manipulação do acesso à profissão, uma exigência não prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, desadequada a qualquer verificação séria de “requisitos mínimos” para o complexo desempenho da profissão docente e potencialmente destruidor de percursos profissionais e de vida, bem como facilitador de um inaceitável desperdício de qualificações e competências profissionais adquiridas por muitos docentes já profissionalizados que tem vindo a ser praticado, crescentemente, por sucessivos governos.

A FENPROF rejeita frontalmente a falsidade de que a realização da prova se constituiria como uma forma de valorização da profissão e dos seus profissionais, registando-a, ao invés, como mais um ataque à condição profissional dos docentes, em primeira linha dos que continuam a ver negado o justo ingresso na carreira. Rejeita também outros expedientes de ocultação que o MEC vem usando nomeadamente quando pretende que a imposição da prova se destinaria a recolher informação complementar para o exercício profissional. Rejeita ainda a desonestidade do argumento da “equidade” com que o MEC pretende impor a realização da prova a todos os docentes que ainda não puderam ingressar na carreira, mesmo aqueles que já dela estão dispensados, com muitos anos de serviço e até consecutivas avaliações positivas do trabalho que realizaram e que a tutela conhece e tem obrigação de reconhecer.

Cabe ainda referir que na base da insistência numa prova deste tipo está também presente, como sempre esteve, uma indisfarçável desconfiança da qualidade da formação inicial para a docência e, portanto, das instituições de ensino superior que o MEC tutela, certifica e financia. A FENPROF mantém a exigência de que este problema, onde exista, seja enfrentado ao nível correto e não transformando os docentes profissionalizados, com múltiplas provas prestadas, em meros indicadores que retroagiriam positivamente – de modo mais do que improvável, diga-se – sobre a organização e funcionamento dos cursos de formação inicial de professores e educadores. Estas foram, aliás e como tem sido

lembrado, questões levantadas pelos partidos que suportam o governo – PSD e CDS/PP – em intervenções e propostas enquanto eram oposição.

Antecedendo uma proposta desta natureza a FENPROF não pode, uma vez mais, deixar de insistir no seu protesto perante a má-fé do MEC que impôs e limitou a negociação sobre esta matéria ao período em que não é possível auscultar e envolver aqueles que estão na mira deste novo ataque. É incompreensível, a não ser à luz de uma indisfarçável má-fé, que estas negociações tenham sido precipitadas a ritmo acelerado e sob uma fortíssima pressão, relativamente ao seu aprofundamento durante o presente mês de agosto.

A FENPROF alerta também – não pode deixar de o fazer - para os custos com um processo da natureza do que o MEC pretende pôr em marcha, ouve-se dizer, até ao final do ano. Não só ele não serve os alegados propósitos com que oculta as suas intenções como originaria, por certo, vultuosos desperdícios – que o MEC não calculou ou não quis esclarecer - do ponto de vista das despesas em educação, bem como sobrecargas de trabalho de muitos professores que constituiriam mais uma ameaça à qualidade do seu desempenho profissional.

Com este enquadramento a FENPROF dirige ao MEC uma proposta de eixos de atuação alternativa à realização da “prova de avaliação de conhecimentos e competências”, passando, de imediato, pela suspensão do processo em curso. Esta proposta é, por certo, exigente em termos de trabalho e responsabilidade política do MEC e do governo mas poderá constituir-se, efetivamente, numa valorização da formação e da condição profissional dos docentes:

- 1.A clarificação rigorosa dos “perfis de competência e de formação de educadores e professores para ingresso na carreira docente”, das condições de funcionamento dos “cursos superiores organizados de acordo com as necessidades de desempenho profissional no respetivo nível de educação e ensino”, dos seus “requisitos [...] de forma a que seja garantido o nível científico da formação adquirida” e das características “da formação pedagógica adequada”, tal como prescreve a LBSE;
- 2.O reforço da avaliação e da fiscalização dos cursos de formação inicial para a docência e a promoção das devidas melhorias, de acordo com o trabalho exigente mas necessário referido no número anterior e de que, aliás, já houve passos dados por entidades que no passado trabalharam nesta temática;
- 3.A valorização dos estágios pedagógicos, retomando a sua realização em contexto de efetivo desempenho profissional, opção que foi contrariada por medidas de carácter economicista tomadas por governos anteriores e mantidas pelo atual;
- 4.A alteração do modelo de avaliação de desempenho docente, conferindo-lhe o carácter formativo que permita, na grande maioria dos casos, resolver possíveis problemas de desempenho que, pela própria argumentação do MEC, se revelam invisíveis ao atual;

5. Valorização efetiva da profissão docente, contrariando as opções pela precariedade e os múltiplos abusos e desrespeito que o atual governo tanto agudizou.

A FENPROF declara a sua disponibilidade para participar neste processo, intervindo na discussão e negociando as medidas que permitam ajustar a formação inicial de professores a mais elevados patamares de qualidade e valorizar a condição profissional docente de acordo com a enorme relevância social que tem, muito em particular, num país com os problemas estruturais que Portugal enfrenta.

A presente proposta que a FENPROF espera ver acolhida não obsta, como foi pretendido na reunião de 5 de agosto, à discussão e à proposição de melhorias que corrijam, evitem riscos e falta de clareza nas propostas que o MEC apresentou durante o processo negocial que tem agora a sua fase suplementar.

O Secretariado Nacional da FENPROF